



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**CAMILA DOS SANTOS FARIAS**

**TRANSPARÊNCIA ATIVA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES:  
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MUNICÍPIOS DE  
ALTO E BAIXO IDHM NA PARAÍBA**

**SUMÉ - PB  
2025**

**CAMILA DOS SANTOS FARIAS**

**TRANSPARÊNCIA ATIVA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES:  
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MUNICÍPIOS DE  
ALTO E BAIXO IDHM NA PARAÍBA**

**Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.**

**Orientador: Professor Dr. Kevin Ferreira Korcino**

**SUMÉ - PB**

**2025**



F224t Farias, Camila dos Santos.  
Transparência ativa e redução das desigualdades:  
um estudo comparativo entre os municípios de alto e  
baixo IDHM na Paraíba. / Camila dos Santos Farias.  
- 2025.

37 f.

Orientador: Professor Dr. Kevin Ferreira Corsino.  
Trabalho de Conclusão de Curso (modalidade artigo  
científico) - Universidade Federal de Campina  
Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do  
Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão  
Pública.

1. Transparência pública. 2. Governança  
democrática. 3. Desigualdades sociais. 4. Escala  
Brasil Transparente 360°. 5. Índice de  
Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM. 6.  
Transparência ativa. I. Corsino, Kevin Ferreira.  
II. Título.

CDU: 35(045)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**CAMILA DOS SANTOS FARIAS**

**TRANSPARÊNCIA ATIVA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES:  
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MUNICÍPIOS DE  
ALTO E BAIXO IDHM NA PARAÍBA**

**Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professor Dr. Kevin Ferreira Corsino.  
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG**

---

**Professora Esp. Dr. Catharina Araújo Lisbôa.  
Examinadora Externa – Faculdade Baiana de Direito**

---

**Professor Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.  
Examinador II – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Trabalho aprovado em: 07 de abril de 2025.**

**SUMÉ - PB**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ser minha fortaleza nos momentos de incerteza e por iluminar meu caminho quando tudo parecia nebuloso. Sem Sua graça e Seu propósito guiando meus passos, este trabalho não teria sido possível.

Aos meus pais, que, mais do que exemplos de dedicação e resiliência, foram meu alicerce inabalável. Cada palavra de incentivo, cada sacrifício silencioso e cada demonstração de amor se transformaram na força que me impulsionou até aqui. Este trabalho é, também, fruto do que me ensinou sobre perseverança e integridade.

Aos meus amigos, que dividiram comigo não apenas os desafios acadêmicos, mas também as alegrias e os momentos de descontração necessários para manter a sanidade em meio à correria. Obrigado pelas palavras de incentivo, pela paciência diante das minhas ausências e, principalmente, por nunca me deixarem esquecer que eu era capaz.

Ao meu orientador, cuja sabedoria e dedicação foram essenciais para que este trabalho tomasse forma. Sua orientação criteriosa, sua paciência diante das minhas dúvidas e sua confiança na minha capacidade fizeram toda a diferença. Mais do que um professor, foi um mentor que me ensinou a enxergar além do óbvio e a aprimorar cada detalhe com excelência.

A todos que, direta ou indiretamente, desenvolvemos para que esta trajetória fosse possível, mais profunda gratidão. Este trabalho é a materialização de um sonho, e cada um de vocês fez parte dele.

## RESUMO

A transparência ativa é um elemento fundamental da governança pública, promovendo o acesso à informação e possibilitando o controle social. Este estudo teve como objetivo comparar o nível de transparência ativa entre municípios paraibanos com alto e baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), utilizando a Escala Brasil Transparente 360° como referência. Para isso, foi desenvolvido uma abordagem quantitativa e descritiva, baseada na análise de dados secundários extraídos dos portais de transparência municipal. Os resultados indicaram que, embora todos os municípios tenham obtido a pontuação máxima nos critérios formais de transparência, houve diferenças significativas na forma como as informações são apresentadas. Municípios com maior IDHM apresentam sistemas mais estruturados e acessíveis, enquanto aqueles com menor IDHM enfrentam desafios na atualização e detalhamento dos dados. Além disso, proporciona-se que o cumprimento legal da transparência não garante, necessariamente, um acesso eficiente às informações por parte da população. Conclui-se que, para que a transparência ativa seja eficaz, é essencial não apenas atender aos requisitos normativos, mas também investir na qualidade das informações, na usabilidade dos portais e na fiscalização contínua por parte da sociedade e dos órgãos de controle.

**Palavras-chave:** Transparência ativa; desenvolvimento humano; gestão pública; desigualdades sociais; governança democrática.

## **ABSTRACT**

Active transparency is a fundamental element of public governance, promoting access to information and enabling social control. This study aimed to compare the level of active transparency between municipalities in Paraíba with high and low Municipal Human Development Index (MHDI), using the 360° Transparent Brazil Scale as a reference. To this end, a quantitative and descriptive approach was developed, based on the analysis of secondary data extracted from municipal transparency portals. The results indicated that, although all municipalities obtained the maximum score in the formal transparency criteria, there were significant differences in the way information is presented. Municipalities with a higher MHDI have more structured and accessible systems, while those with a lower MHDI face challenges in updating and detailing data. In addition, it is provided that legal compliance with transparency does not necessarily guarantee efficient access to information by the population. It is concluded that, for active transparency to be effective, it is essential not only to meet regulatory requirements, but also to invest in the quality of information, the usability of portals and continuous monitoring by society and control bodies.

**Keywords:** Active transparency; human development; public management; social inequalities; democratic governance.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 REFERÊNCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Transferência Ativa .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....</b>	<b>12</b>
<b>2.3 Relação entre Transparência e Desenvolvimento Humano.....</b>	<b>14</b>
<b>2.4 Contexto Regional da Paraíba.....</b>	<b>17</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 Classificação da Pesquisa.....</b>	<b>20</b>
<b>3.1.1 Abordagem metodológica .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1.2 Quanto a sua natureza.....</b>	<b>20</b>
<b>3.2 Procedimentos de Coleta de Dados .....</b>	<b>21</b>
<b>3.3 Procedimentos de Análise de Dados.....</b>	<b>24</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>25</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A transparência pública tem se consolidado como um princípio essencial para o fortalecimento da gestão democrática e o aprimoramento das políticas públicas, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas. No Cariri paraibano, região historicamente caracterizada por limitações estruturais e desafios no acesso a serviços públicos de qualidade, a transparência ativa surge como uma ferramenta estratégica para ampliar o controle social, fomentar a participação cidadã e promover maior eficiência na administração pública (Britto; Bezerra Filho; Santos, 2024).

A transparência ativa, caracterizada pela disponibilização proativa de informações públicas pelas instituições públicas, desempenha um papel fundamental na promoção da governança democrática e na redução das desigualdades sociais e econômicas. No contexto brasileiro, onde as disparidades regionais são marcantes, a relação entre transparência e desenvolvimento humano se torna ainda mais relevante (Paula, 2024).

Neste contexto, a utilização de indicadores objetivos se torna fundamental para a análise e avaliação da qualidade da gestão pública, pois permite medir de forma comparável e padronizada aspectos como eficiência administrativa, acesso à informação, participação social e desenvolvimento humano. No que se refere ao uso de indicadores para mensurar qualidade de vida na Paraíba, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) revela importantes disparidades entre os municípios da região, evidenciando diferentes níveis de qualidade de vida, educação, renda e longevidade (Alcântara, 2019).

A disparidade no nível de transparência ativa entre municípios com diferentes Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na Paraíba pode refletir e reforçar desigualdades sociais e econômicas. Municípios com baixo IDHM tendem a ter menos recursos e menos capacidade institucional para promover a transparência, o que pode limitar o acesso da população à informação e dificultar a participação cidadã. Por outro lado, municípios com alto IDHM geralmente apresentam maior comprometimento com a transparência, o que pode favorecer a *accountability* governamental (entendida como o dever dos gestores públicos de prestar contas de suas ações, garantindo que haja controle social e responsabilização pelas decisões e

pelo uso dos recursos públicos) e a implementação de políticas públicas mais eficazes (Alcântara, 2019; Paula, 2024).

A literatura sobre transparência e desenvolvimento humano sugere que a disponibilização de informações públicas pode melhorar a eficiência governamental, facilitar o controle social e promover a justiça social (Marco; Terçj, 2022). No entanto, há uma lacuna significativa em estudos que examinem essa relação em contextos locais específicos, como os municípios da Paraíba, particularmente no que se refere à transparência ativa (Guedes; Araújo, 2024; Siqueira; Souza; Silva, 2024).

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é comparar o nível de transparência ativa entre os cinco municípios com maior e os dez municípios de menor IDHM na Paraíba, buscando contribuir com o entendimento do papel da transparência na redução das desigualdades sociais e econômicas.

Como método adotado utiliza-se a Escala Brasil Transparente 360º por ser um processo validado e amplamente usado na gestão pública brasileira para avaliar a transparência ativa e desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU). Este tema se insere no campo mais amplo dos estudos sobre governança pública e desenvolvimento humano, áreas que vêm ganhando destaque na agenda de pesquisa das ciências sociais e políticas públicas e possui como relevância a sua capacidade de contribuição com a temática sobre a eficácia das políticas de transparência ativa como instrumentos para a promoção da equidade social, em um contexto de crescentes demandas por maior accountability e redução das desigualdades.

## **2 REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Transferência Ativa**

A transparência ativa é um conceito fundamental na governança moderna, caracterizando-se pela disponibilização proativa de informações públicas pelas administrações governamentais. Este princípio visa assegurar que os cidadãos tenham acesso a dados relevantes sobre as atividades e decisões dos gestores públicos, promovendo um ambiente de maior abertura e responsabilidade (Brasil, 2024). Em vez de limitar-se ao cumprimento de requisitos legais de divulgação, a transparência ativa envolve a iniciativa de fornecer informações de forma que sejam facilmente acessíveis e compreensíveis para o público, sem que seja necessário que

os cidadãos solicitem ou busquem essas informações ativamente (Pereira; Pereira; Morais, 2020).

A transparência ativa é considerada um pilar essencial para a promoção da governança democrática, pois facilita o controle social e a participação cidadã. Quando as informações são amplamente divulgadas, a população pode exercer um papel mais ativo na fiscalização e na participação política, o que contribui para uma maior responsabilidade dos governantes e para a construção de uma cultura de abertura e integridade dentro das instituições públicas (TCU, 2024). Além de promover uma maior responsabilidade, a transparência ativa tem um impacto significativo na eficiência governamental. Ferreira (2024) destaca que a disponibilização proativa de informações melhora a capacidade dos governos de gerenciar recursos de forma mais eficaz, já que a visibilidade das ações e decisões aumenta a pressão sobre os gestores para que atuem com maior eficiência.

Com informações sobre gastos públicos, projetos e políticas sendo amplamente divulgadas, há uma maior probabilidade de identificação e correção de problemas administrativos. A exposição das práticas governamentais permite que deficiências e falhas sejam rapidamente detectadas e abordadas, tornando a gestão pública mais responsiva e adaptável às necessidades da população (Rizardi, 2022). Além disso, a transparência ativa desempenha um papel vital na justiça social. A disponibilização proativa de informações contribui para uma maior equidade, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso às mesmas informações e oportunidades de participação. Isso é particularmente importante em contextos onde a desigualdade e a exclusão podem impedir que segmentos da população se beneficiem igualmente das políticas e recursos disponíveis (Marco; Terzi, 2022).

A transparência ativa também possibilita que políticas públicas sejam formuladas e implementadas de maneira mais inclusiva e justa. Com dados acessíveis, a população pode identificar áreas de necessidade e pressionar por mudanças ou melhorias, garantindo que os recursos sejam alocados de forma mais equitativa e que as decisões governamentais atendam de maneira mais eficaz às necessidades da comunidade (Portal UNILA, 2022). Nesse contexto, a Escala Brasil Transparente 360°, desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), emerge como uma ferramenta essencial para avaliar o nível de transparência ativa nos municípios brasileiros. Esta escala fornece um indicador abrangente da eficácia das

práticas de transparência, permitindo a comparação entre diferentes jurisdições e a identificação de áreas que necessitam de melhorias (MBT, 2024).

A avaliação realizada por essa ferramenta oferece uma visão detalhada do grau de transparência das administrações municipais, contribuindo para a identificação de boas práticas e áreas de deficiência (MBT, 2024). Essa avaliação é crucial para promover a melhoria contínua nas práticas de transparência e assegurar que os princípios da governança democrática sejam efetivamente implementados. Em suma, a transparência ativa é central para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, pois assegura que informações públicas sejam disponibilizadas de forma proativa e acessível. A utilização de ferramentas como a Escala Brasil Transparente 360° é fundamental para a formulação de políticas e para a melhoria das práticas governamentais, promovendo uma governança mais eficiente e equitativa (Marco; Terci, 2022).

## **2.2 Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**

A relação entre transparência e desenvolvimento humano tem sido amplamente discutida no campo da governança pública, especialmente no contexto de países em desenvolvimento, onde a distribuição desigual de recursos e oportunidades acentua as disparidades socioeconômicas (Faria; Faria; Medeiros, 2023). A transparência ativa, que se refere à prática de disponibilizar informações públicas de forma proativa, é vista como um mecanismo crucial para promover a equidade e melhorar a qualidade de vida da população. Esse conceito está intrinsecamente ligado à ideia de que o acesso à informação é um direito fundamental e uma ferramenta poderosa para fortalecer a cidadania e a participação pública, elementos essenciais para o desenvolvimento humano (Brasil, 2024).

O desenvolvimento humano é um conceito multidimensional que vai além do crescimento econômico, abrangendo aspectos como saúde, educação, liberdade política e justiça social. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), por exemplo, é uma medida que avalia o progresso de um município em termos de longevidade, educação e renda (Melo, 2021). Quando municípios apresentam altos níveis de IDHM, eles geralmente desfrutam de melhores condições de vida, maior acesso a serviços públicos e oportunidades mais equitativas para seus cidadãos. A

transparência ativa desempenha um papel significativo nesse contexto ao promover uma administração pública mais aberta e responsável, o que, por sua vez, pode impulsionar o desenvolvimento humano (Faria; Faria; Medeiros, 2023).

Estudos indicam que a transparência ativa pode contribuir para o desenvolvimento humano de diversas maneiras. A priori, ao fornecer informações detalhadas sobre a administração pública, a transparência ativa permite que os cidadãos monitorem a alocação de recursos e a execução de políticas públicas, assegurando que os serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, sejam efetivamente entregues (Brasil, 2024). Em municípios com alto IDHM, a transparência tende a ser mais robusta, o que facilita o controle social e a *accountability* dos gestores públicos. Por outro lado, em municípios com baixo IDHM, onde a capacidade institucional e os recursos são limitados, a transparência ativa é frequentemente menos desenvolvida, o que pode perpetuar a desigualdade ao restringir o acesso da população a informações críticas (Alves *et al.*, 2021).

A literatura sugere que há uma correlação positiva entre transparência ativa e desenvolvimento humano, especialmente quando se considera a eficácia das políticas públicas. A Escala Brasil Transparente 360°, por exemplo, é uma ferramenta utilizada para avaliar o grau de transparência dos municípios brasileiros, fornecendo um panorama claro de como a disponibilização de informações impacta a governança local. Municípios que pontuam alto nessa escala geralmente apresentam melhores indicadores de desenvolvimento humano, pois a transparência ativa não só facilita o controle social, mas também incentiva uma gestão mais eficiente e focada nas necessidades reais da população (Brasil, 2024).

Além disso, a transparência ativa contribui para a redução das desigualdades ao nivelar o campo de acesso à informação. Em contextos de alta desigualdade, o conhecimento sobre os direitos, recursos disponíveis e oportunidades pode ser um diferencial significativo para o desenvolvimento pessoal e comunitário. Municípios com altos níveis de transparência tendem a oferecer um ambiente onde os cidadãos estão mais bem informados e, portanto, mais capacitados para demandar melhorias nos serviços públicos e influenciar a agenda política local (Fernandes; Fernandes; Teixeira, 2023). Essa dinâmica é particularmente importante em regiões onde a participação cívica é historicamente baixa devido a barreiras como a falta de informação ou a desconfiança nas instituições públicas (Fernandes; Fernandes; Teixeira, 2023).

Contudo, a relação entre transparência ativa e desenvolvimento humano não é linear e enfrenta desafios, especialmente em municípios de baixo IDHM. A falta de recursos e capacidade institucional pode dificultar a implementação de políticas de transparência, criando um ciclo vicioso onde a baixa transparência perpetua a má gestão e a exclusão social (Silva; Pessoa; Nunes, 2020). Para quebrar esse ciclo, é necessário um investimento contínuo em capacitação e infraestrutura, bem como o fortalecimento de mecanismos de governança que promovam a *accountability* e a participação cidadã. Iniciativas de transparência precisam ser acompanhadas por um compromisso genuíno dos gestores públicos e pelo engajamento da sociedade civil para que seu impacto seja verdadeiramente transformador (RGB, 2023).

Por fim, a transparência ativa é um componente vital para a promoção da equidade e para o fortalecimento da governança democrática. No contexto dos municípios da Paraíba, a análise comparativa entre localidades de alto e baixo IDHM pode fornecer insights valiosos sobre como a transparência ativa pode ser um diferencial na redução das desigualdades (Alves *et al.*, 2021).

### **2.3 Relação entre Transparência e Desenvolvimento Humano**

A relação entre transparência e desenvolvimento humano é um tema de grande relevância nas ciências sociais e políticas públicas, especialmente em contextos onde as desigualdades socioeconômicas são marcantes. A transparência, entendida como a disponibilidade e o acesso à informação sobre as atividades governamentais, é considerada um pilar fundamental para a governança democrática e para a promoção da justiça social (Faria; Faria; Medeiros, 2023). Quando se fala em transparência ativa, o foco está na disponibilização proativa de informações por parte dos órgãos públicos, sem a necessidade de solicitação prévia pelos cidadãos. Essa prática é vista como uma forma eficaz de fortalecer a *accountability*, melhorar a eficiência administrativa e, mais amplamente, contribuir para o desenvolvimento humano (Brasil, 2024).

No contexto brasileiro, onde as desigualdades regionais são expressivas, a transparência ativa pode desempenhar um papel crucial na redução dessas disparidades, especialmente quando comparada em diferentes municípios, como é o caso da Paraíba. O desenvolvimento humano é um conceito que vai além do crescimento econômico, incorporando dimensões como saúde, educação, renda, liberdade política e bem-estar geral da população. A proposta do Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é medir esses aspectos em nível local, refletindo as condições de vida e oportunidades disponíveis aos cidadãos em diferentes municípios (Melo, 2021).

Municípios com altos índices de desenvolvimento humano tendem a ter melhores resultados em termos de políticas públicas e qualidade de vida, enquanto aqueles com baixos índices frequentemente enfrentam desafios maiores relacionados à pobreza, exclusão social e deficiências na prestação de serviços públicos. A transparência ativa, ao fornecer informações essenciais de forma aberta e acessível, pode influenciar positivamente esses indicadores ao permitir uma melhor gestão dos recursos públicos e ao promover a participação cívica. Estudos indicam que a transparência ativa está associada a uma série de benefícios que impactam diretamente o desenvolvimento humano (Brasil, 2024).

Primeiramente, ela aumenta a eficiência governamental ao expor as ações do governo ao escrutínio público, o que pode reduzir práticas corruptas e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada. Em segundo lugar, a transparência ativa facilita o controle social, permitindo que os cidadãos e organizações da sociedade civil monitorem as políticas públicas e exerçam pressão por melhorias quando necessário (TCU, 2024). Esse controle social é um componente essencial da democracia, pois promove um ambiente onde os gestores públicos são mais responsabilizados por suas ações e decisões. Em municípios com altos índices de transparência ativa, é comum observar uma correlação positiva com melhores resultados em áreas como saúde, educação e infraestrutura, aspectos diretamente relacionados ao desenvolvimento humano (Paula, 2024).

Em contextos onde a desigualdade é elevada, o acesso desigual à informação pode agravar a exclusão social e econômica, limitando as oportunidades de certos grupos para participar efetivamente da vida pública e tomar decisões informadas sobre questões que afetam suas vidas. A transparência ativa, ao tornar informações críticas mais acessíveis, pode contribuir para empoderar comunidades vulneráveis, aumentando sua capacidade de influenciar políticas públicas e exigir seus direitos (Oxfam, 2021).

Essa dinâmica é particularmente importante em municípios de baixo IDHM, onde as barreiras institucionais e a falta de recursos podem dificultar a implementação de políticas de transparência, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão. No entanto, a relação entre transparência ativa e desenvolvimento humano não é

automática e enfrenta desafios significativos, especialmente em contextos de baixos recursos e limitada capacidade institucional. Em muitos municípios de baixo IDHM, a implementação de práticas de transparência ativa é dificultada pela falta de infraestrutura adequada, recursos financeiros escassos e, frequentemente, uma cultura de pouca abertura e resistência à prestação de contas (Silva; Pessoa; Nunes, 2020).

Esses fatores podem limitar a eficácia da transparência como uma ferramenta de desenvolvimento, sugerindo que intervenções adicionais são necessárias para fortalecer a governança local. Para que a transparência ativa tenha um impacto real no desenvolvimento humano, é necessário que ela seja acompanhada por políticas de capacitação dos servidores públicos, investimentos em tecnologia da informação e comunicação, e um forte compromisso com os princípios democráticos de participação e inclusão (Vasconcelos; Santos; Amorim, 2024). Por outro lado, em municípios com alto IDHM, a transparência ativa tende a ser mais desenvolvida, refletindo um ambiente de maior estabilidade institucional e compromisso com a governança aberta (Atlas Br, 2024).

Esses municípios frequentemente se destacam por suas boas práticas em disponibilizar dados sobre orçamento, contratos, políticas públicas e resultados de programas governamentais, o que não só aumenta a confiança dos cidadãos nas instituições, mas também melhora a eficácia das ações governamentais. A Escala Brasil Transparente 360°, por exemplo, é uma ferramenta importante para avaliar o nível de transparência ativa nos municípios brasileiros e tem mostrado que aqueles com melhores pontuações também apresentam indicadores sociais mais favoráveis, sugerindo uma conexão entre transparência, eficiência administrativa e desenvolvimento humano. Um aspecto importante a ser considerado é o papel da transparência ativa na promoção da equidade (Brasil, 2024).

A transparência pode funcionar como um meio para identificar desigualdades e direcionar ações governamentais para onde elas são mais necessárias. Ao fornecer dados detalhados sobre a distribuição de recursos, o acesso a serviços e os resultados das políticas públicas, a transparência ativa permite uma análise mais precisa das áreas onde as desigualdades são mais pronunciadas e onde as intervenções podem ser mais eficazes (Fernandes; Fernandes; Teixeira, 2023). Isso é particularmente relevante em contextos como o da Paraíba, onde a comparação entre municípios de alto e baixo IDHM pode revelar disparidades significativas e

orientar políticas voltadas à redução das desigualdades regionais. A transparência ativa, portanto, deve ser vista não apenas como um fim em si mesma, mas como um meio para alcançar objetivos mais amplos de desenvolvimento humano e justiça social (Atlas Br, 2024).

A promoção da transparência ativa em todos os níveis de governo pode contribuir para um ambiente onde a participação cidadã é valorizada, os gestores públicos são mais responsáveis e as políticas públicas são mais alinhadas às necessidades reais da população (Brasil, 2024). Em última análise, a relação entre transparência e desenvolvimento humano é uma via de mão dupla: enquanto a transparência pode impulsionar o desenvolvimento, o avanço nas condições de vida e o fortalecimento das instituições também criam um terreno mais fértil para a prática da transparência ativa. No caso específico dos municípios da Paraíba, este estudo comparativo entre localidades de alto e baixo IDHM tem o potencial de fornecer insights valiosos sobre como a transparência ativa pode servir como um instrumento para a redução das desigualdades (Silva; Pessoa; Nunes, 2020).

Ao analisar as práticas de transparência e correlacioná-las com indicadores de desenvolvimento humano, espera-se não apenas ampliar o conhecimento teórico sobre o tema, mas também oferecer recomendações práticas para políticas públicas que promovam uma governança mais justa, inclusiva e eficaz. Dessa forma, a transparência ativa pode ser consolidada como um alicerce essencial para a construção de sociedades mais equitativas e desenvolvidas (Faria; Faria; Medeiros, 2023).

## **2.4 Contexto Regional da Paraíba**

A Paraíba, localizada na região Nordeste do Brasil, é caracterizada por uma diversidade socioeconômica que se reflete em disparidades significativas entre seus municípios. Essas desigualdades são frequentemente evidenciadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que avalia dimensões como saúde, educação e renda para medir as condições de vida da população em nível local (Paraíba PB, 2024). A variação no IDHM entre os municípios paraibanos não é apenas um reflexo das condições econômicas, mas também do acesso desigual a serviços públicos de qualidade, infraestrutura e oportunidades de desenvolvimento (Junior, 2024).

Essa realidade torna a Paraíba um cenário particularmente interessante para o estudo da relação entre transparência ativa e desenvolvimento humano, uma vez que as práticas de governança, incluindo a transparência na administração pública, podem ter impactos diferenciados dependendo do contexto socioeconômico de cada localidade (Guerra; Carvalho, 2020). O IDHM médio da Paraíba está abaixo da média nacional, e essa diferença se agrava quando analisamos os municípios individualmente. Municípios como João Pessoa e Campina Grande, por exemplo, apresentam altos índices de desenvolvimento humano, com melhores acessos a serviços de saúde, educação de qualidade e maiores rendas médias per capita (Brasil, 2020).

Em contrapartida, municípios do interior do estado, especialmente na região do sertão, enfrentam desafios significativos, como pobreza extrema, baixa escolaridade e acesso limitado a serviços básicos, refletindo IDHMs consideravelmente menores. Essa disparidade entre as áreas urbanas e rurais da Paraíba destaca a importância de políticas públicas que busquem não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a redução das desigualdades através da promoção de uma governança mais transparente e inclusiva (FECOP, 2020). A literatura aponta que a transparência ativa é um dos mecanismos que podem contribuir para a redução dessas desigualdades, ao fornecer aos cidadãos acesso a informações relevantes sobre a gestão dos recursos públicos e o desempenho das políticas governamentais (FECOP, 2020).

Em regiões com grandes disparidades socioeconômicas, como a Paraíba, a transparência ativa pode ser um fator mitigador das desigualdades ao promover uma maior inclusão social e facilitar o controle social sobre as ações do governo. Segundo Mello *et al.* (2020), a transparência ativa não só facilita a participação cidadã, mas também cria um ambiente mais propício para a implementação de políticas públicas que atendam efetivamente às necessidades da população local, principalmente nos municípios com baixos índices de desenvolvimento. A Escala Brasil Transparente 360°, ferramenta desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), tem sido utilizada para avaliar o nível de transparência ativa dos municípios brasileiros, incluindo aqueles da Paraíba.

Essa escala mede a divulgação de informações públicas e o cumprimento de obrigações legais de transparência, como a disponibilização de dados orçamentários, licitações e contratos, e a acessibilidade dessas informações para a população. Dados recentes indicam que os municípios paraibanos apresentam uma variação significativa

nos índices de transparência ativa, o que pode refletir a capacidade administrativa e o compromisso político de cada município em promover a governança aberta (Brasil, 2024). Em municípios com altos índices de transparência ativa, como João Pessoa, observa-se uma correlação positiva com o desenvolvimento humano, sugerindo que a disponibilidade de informações públicas contribui para um ambiente de maior responsabilidade e eficiência governamental (Pereira; Pereira; Moraes, 2020).

Por outro lado, em municípios com baixos índices de transparência ativa, como os localizados no sertão paraibano, os desafios são maiores. A falta de transparência pode perpetuar práticas ineficientes e até mesmo corruptas, além de limitar a capacidade dos cidadãos de exercerem o controle social sobre as ações do governo local. A ausência de informações claras e acessíveis pode dificultar a implementação de políticas públicas eficazes e agravar as condições de vida da população, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão social. Esses municípios, frequentemente, enfrentam limitações de recursos financeiros e humanos, o que impacta negativamente na implementação de práticas de transparência ativa e, por consequência, no desenvolvimento humano (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020; Junior, 2024).

Ao garantir que informações sobre a alocação de recursos e a execução de políticas públicas sejam acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, a transparência ativa pode contribuir para a redução das desigualdades e o fortalecimento da cidadania. Além disso, a transparência ativa pode incentivar uma maior participação comunitária nos processos decisórios, permitindo que as necessidades e prioridades das comunidades mais vulneráveis sejam melhor representadas e atendidas (STJ, 2022).

No entanto, a implementação de práticas de transparência ativa em municípios com baixo IDHM enfrenta diversos desafios. A escassez de recursos financeiros, a falta de capacitação técnica dos servidores públicos e, em alguns casos, uma cultura política avessa à transparência são obstáculos significativos que precisam ser superados para que a transparência ativa possa se consolidar como uma ferramenta efetiva de desenvolvimento humano (Viegas, 2024). A experiência de municípios que conseguiram implementar com sucesso práticas de transparência ativa, mesmo em contextos adversos, sugere que o compromisso político e a mobilização social são fatores críticos para a superação desses desafios (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020).

Nesse sentido, a Paraíba oferece um campo fértil para estudos comparativos que possam identificar as melhores práticas e propor recomendações para fortalecer a transparência ativa em contextos de alta desigualdade. Além disso, iniciativas de transparência ativa precisam ser contextualizadas de acordo com as realidades locais para serem eficazes. No caso da Paraíba, a diversificação das estratégias de transparência, levando em conta as especificidades de cada município, pode potencializar os efeitos positivos sobre o desenvolvimento humano (Xavier, 2022).

Em áreas rurais e de difícil acesso, por exemplo, a transparência ativa pode ser promovida através do uso de tecnologias acessíveis e parcerias com organizações da sociedade civil que já atuam na região. Isso pode garantir que a informação chegue a um público mais amplo e que a participação cidadã seja estimulada de maneira efetiva (Ventura; Siebra, 2020). Em resumo, o contexto regional da Paraíba, com suas acentuadas disparidades de desenvolvimento humano, apresenta um cenário desafiador, mas também cheio de oportunidades para o fortalecimento da transparência ativa como um motor de transformação social.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Classificação da Pesquisa**

Este estudo teve sua metodologia traçada pelos seguintes aspectos de classificação.

##### **3.1.1 Abordagem metodológica**

O estudo utiliza uma abordagem quantitativa, que se justifica pela necessidade de mensuração objetiva do fenômeno investigado. A abordagem quantitativa permite analisar padrões e correlações estatísticas entre a transparência ativa e seu impacto no desenvolvimento humano e nas desigualdades sociais, especialmente em contextos específicos como os municípios da Paraíba. Por meio da coleta e análise de dados secundários estruturados, como os índices de transparência da Controladoria-Geral da União (CGU) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), busca-se identificar relações significativas entre transparência e equidade social (Gil, 2017).

##### **3.1.2 Quanto a sua natureza**

O estudo é de natureza descritiva e explicativa. A natureza descritiva se justifica pela necessidade de caracterizar e quantificar o nível de transparência ativa nos municípios da Paraíba, classificando-os conforme seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Já a natureza explicativa permite analisar a relação entre transparência ativa e desenvolvimento humano, buscando identificar possíveis impactos da transparência na redução das desigualdades sociais e econômicas. A pesquisa baseia-se em dados secundários, extraídos de fontes oficiais, e utiliza técnicas estatísticas para verificar padrões e correlações entre as variáveis analisadas (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

### **3.2 Procedimentos de Coleta de Dados**

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de dados secundários disponíveis em fontes oficiais, incluindo indicadores de transparência ativa e desenvolvimento humano. Os dados sobre transparência ativa foram extraídos da Escala Brasil Transparente 360°, desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a qualidade da transparência pública nos municípios brasileiros. Já os dados socioeconômicos, incluindo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), foram obtidos a partir de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), garantindo a precisão e confiabilidade das informações utilizadas na pesquisa.

O IDHM, utilizado como critério de segmentação, é composto por três dimensões: longevidade, educação e renda. Municípios com alto IDHM apresentam melhores indicadores nessas áreas, enquanto os de baixo IDHM enfrentam desafios significativos. A relação entre transparência ativa e desenvolvimento humano foi analisada através da coleta de dados disponibilizados nos portais de transparência municipal, utilizando a Escala Brasil Transparente 360°, desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Para representar os municípios com alto IDHM, foram escolhidos João Pessoa, Cabedelo e Campina Grande, que possuem os maiores índices do estado, refletindo um maior acesso à educação, saúde e renda. Além disso, foram inclusas Várzea e Patos, que também apresentaram elevados indicadores de desenvolvimento humano.

Esses municípios se destacam pelo desenvolvimento socioeconômico e pela infraestrutura consolidada, o que pode influenciar positivamente a transparência ativa.

Por outro lado, para representar os municípios com baixo IDHM, foram selecionados São José da Lagoa Tapada, Marcação, Curral de Cima, Santa Cecília, Poço Dantas, Cuité de Mamanguape, Cacimbas, Damião, Casserengue e Gado Bravo, que figuram entre os de menor desenvolvimento humano na Paraíba. Esses municípios enfrentam desafios estruturais, como limitações de acesso à educação de qualidade, menor expectativa de vida e baixos níveis de renda per capita, fatores que podem impactar a implementação de políticas de transparência ativa.

A escolha dos cinco municípios com maiores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e dos dez com menores índices teve como objetivo assegurar uma comparação representativa e equilibrada entre realidades socioeconômicas distintas no estado da Paraíba. Os municípios de João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande, Várzea e Patos foram selecionados por apresentarem os mais elevados IDHMs do estado, o que reflete melhores condições de vida, maior acesso a serviços públicos e infraestrutura administrativa mais consolidada, fatores que, presumivelmente, favorecem práticas mais consistentes de transparência ativa. Por outro lado, a inclusão de dez municípios com os menores IDHMs, como São José da Lagoa Tapada, Marcação e Cacimbas, permitiu captar com maior amplitude os desafios enfrentados por gestões locais em contextos de vulnerabilidade social e institucional. Essa distribuição maior para os municípios com baixo IDHM visa não apenas garantir diversidade regional e estrutural na amostra, mas também proporcionar uma amostra mais robusta de municípios com capacidade estatal desafiadora em implementar políticas de acesso à informação e accountability.

Após a escolha dos municípios foram analisadas as informações disponíveis nos portais de transparência, considerando critérios e indicadores contidos na Escala Brasil Transparente. A coleta foi realizada entre os meses de fevereiro a março de 2025, considerando critérios como acessibilidade, atualização das informações e cumprimento das exigências da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011.

### 3.2.1 Instrumento de Coleta de Dados

A Escala Brasil Transparente 360° (EBT 360°), desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), foi utilizada como principal instrumento de coleta

de dados para avaliar o nível de transparência ativa nos municípios selecionados. Essa escala analisa a qualidade da transparência pública com base em critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), atribuindo pontuações conforme o cumprimento das exigências legais e a disponibilidade de informações relevantes nos portais municipais.

A EBT 360º é composta por dois eixos principais: transparência passiva e transparência ativa, sendo esta última o foco do presente estudo. A transparência ativa refere-se à divulgação espontânea de informações pela administração pública, sem necessidade de solicitação prévia por parte do cidadão, abrangendo aspectos como a acessibilidade, clareza, periodicidade e abrangência das informações disponibilizadas.

A coleta de dados foi conduzida por meio da análise dos portais de transparência dos municípios selecionados, utilizando um checklist baseado nos critérios da EBT 360º (Anexo I). Foram considerados aspectos como a existência de informações sobre despesas públicas, licitações, contratos, receitas municipais, estrutura administrativa e relatórios de gestão fiscal. Além disso, verificou-se a facilidade de navegação nos portais, a disponibilidade de mecanismos de busca e o grau de detalhamento das informações.

Os itens do checklist são agrupados em diferentes categorias, cada uma analisando um aspecto da transparência governamental. As principais categorias são:

- Estrutura Organizacional e Informações Administrativas

Avalia se a estrutura organizacional do órgão público está disponível, incluindo: Endereço e telefone das unidades administrativas e Horário de atendimento.

- Receitas e Despesas

Verifica se há dados sobre previsão, arrecadação e classificação das receitas públicas. Quanto às Receitas, analisa se estão disponíveis informações detalhadas sobre empenhos e pagamentos, incluindo: Número, valor, data, favorecido e descrição dos empenhos, valor e data dos pagamentos, bem como o vínculo com os empenhos. Verifica ainda se é possível consultar empenhos/pagamentos por favorecido e se é possível gerar relatórios em formatos abertos.

- Licitações e Contratos

Checa se as informações dos editais estão disponíveis, incluindo: Número/Ano do edital, Modalidade e objeto da licitação e Status da licitação.

Para os contratos, a escala examina se há transparência sobre os contratos celebrados, verificando dados como: Objeto, valor, favorecido, número/ano do contrato e vigência. Além da Disponibilização do conteúdo integral dos contratos e a possibilidade de gerar relatórios abertos.

- Obras Públicas

Busca informações sobre obras em andamento, como: Objeto da obra, valor total e empresa contratada, data de início e prazo previsto para término e a situação atual da obra.

- Servidores Públicos

Analisa a divulgação de informações sobre os servidores, incluindo: Nome, cargo/função e remuneração.

- Despesas com Diárias

Verifica se há transparência sobre gastos com diárias de servidores, considerando: Nome do beneficiário, valores recebidos, período e destino da viagem, além do motivo.

- Lei de Acesso à Informação (LAI)

Confere se há regulamentação local da LAI e se ela está publicada de forma acessível.

- Relatórios Estatísticos e Bases de Dados Abertos

Verifica a publicação de relatórios sobre pedidos de acesso à informação, incluindo: Quantidade de pedidos recebidos, atendidos e indeferidos.

Cada item avaliado no *checklist* possui uma pontuação máxima, que contribui para o cálculo do total de transparência ativa. A pontuação final obtida reflete o percentual de informações que foram localizadas e disponibilizadas pelo órgão público, permitindo uma análise objetiva do nível de transparência.

A partir dessas análises, foram atribuídas pontuações aos municípios, permitindo a comparação entre aqueles com alto e baixo IDHM. O uso da EBT 360º possibilitou uma avaliação padronizada e objetiva da transparência ativa, permitindo identificar padrões e lacunas na divulgação de informações públicas nos diferentes contextos analisados.

### 3.3 Procedimentos de Análise de Dados

Os dados foram coletados por meio de um levantamento de campo, utilizando uma escala de avaliação de transparência ativa, com base nos critérios definidos pela Controladoria Geral da União (CGU) e órgãos correlatos. Os municípios selecionados para o estudo foram divididos em dois grupos: municípios com alto IDHM e municípios com baixo IDHM.

Foram analisados dados de portais de transparência municipal, abrangendo aspectos como acesso a informações financeiras, orçamentárias, contratações públicas e prestação de contas. Os dados obtidos nos portais de transparência foram organizados e codificados em planilha, utilizando a escala padronizada da CGU para classificação dos níveis de transparência ativa.

Na escala de contratação pela CGU, cada classificado recebeu um valor numérico, permitindo a comparação quantitativa entre os municípios. Foi utilizada uma base de dados estruturada para facilitar a tabulação e classificação dos municípios conforme os níveis de transparência ativa e seus respectivos resultados.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados revelou diferenças significativas nos níveis de transparência ativa entre os municípios de alto e baixo IDHM na Paraíba (Tabela 1). A partir dos dados coletados, observou-se que os municípios com maior IDHM apresentaram pontuações mais elevadas na Escala Brasil Transparente 360°, indicando um compromisso mais robusto com a disponibilização de informações públicas e com os princípios de governança aberta. Em contrapartida, os municípios de baixo IDHM obtiveram escores inferiores, revelando falhas na divulgação de dados essenciais para o controle social e a participação cidadã.

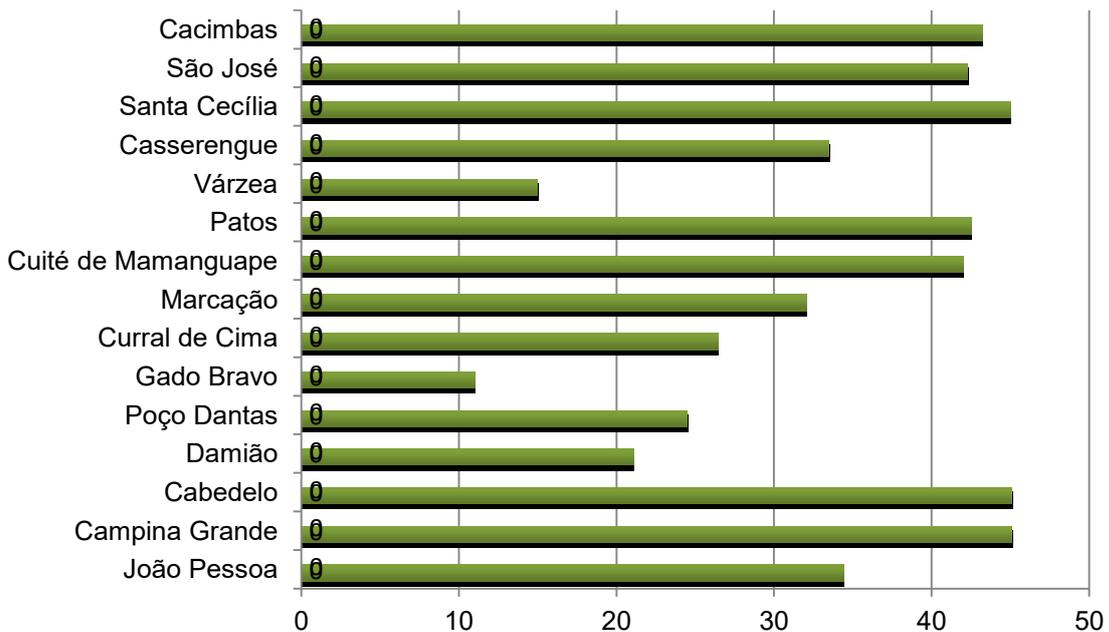
**Tabela 1** - Municípios de alto e baixo IDHM na Paraíba.

IDHM BAIXO - PARAÍBA			IDHM ALTO - PARAÍBA		
01	São José da Lagoa Tapada	0,530	01	João Pessoa	0,763
02	Marcação	0,529	02	Cabedelo	0,748
03	Curral de Cima	0,529	03	Campina Grande	0,720
04	Santa Cecília	0,525	04	Várzea	0,707
05	Poço Dantas	0,525	05	Patos	0,701
06	Cuité de Mamanguape	0,524			
07	Cacimbas	0,523			
08	Damião	0,521			
09	Casserengue	0,514			
10	Gado Bravo	0,513			

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A transparência ativa dos municípios avaliada pelo *Checklist* EBT 360° reflete o compromisso das gestões públicas com a publicidade de informações essenciais à população. A partir dos dados analisados, foi possível comparar as pontuações gerais obtidas pelos municípios, destacando aqueles com melhor e pior desempenho em termos de transparência, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 1** - Níveis de Transparência Ativa dos Municípios Avaliados pelo *Checklist* EBT 360°.



**Fonte:** Elaboração própria, 2025.

Os municípios que se destacaram com as maiores pontuações foram aqueles que disponibilizaram informações abrangentes sobre estrutura organizacional, receitas, despesas, licitações, contratos e serviços prestados. Dentre eles, destaca-se Campina Grande, que obteve uma das maiores pontuações gerais, 45,1 do total de 50 pontos, pontuação máxima que os municípios podem atingir na transparência ativa. Isto evidencia que a gestão pública executiva possui um compromisso significativo com a transparência ativa. O município apresentou alto índice de cumprimento dos parâmetros exigidos, garantindo acesso facilitado a informações sobre arrecadação, processos licitatórios e remuneração de servidores.

Santa Cecília também apresentou um desempenho destacado, alcançando altos índices na divulgação de contratos e despesas. Cabedelo (45,1 pontos) se sobressaiu especialmente na transparência relacionada a processos de licitações e contratos. Esses municípios atenderam às exigências do *Checklist* EBT 360°,

dispondo de informações detalhadas e de fácil acesso aos cidadãos, contribuindo para um ambiente mais transparente e participativo.

Por outro lado, alguns municípios apresentaram dificuldades significativas no atendimento aos critérios de transparência. Dentre os que obtiveram as menores pontuações, destacam-se Gado Bravo (11), Várzea (15), Damião (21,07) e Poço Dantas (24,5), que figuram entre os municípios com os piores índices de transparência e com baixos níveis de informação disponibilizada. A falta de publicação de dados sobre arrecadação, contratos e despesas contribuíram para suas baixas pontuações. Também apresentaram deficiências na divulgação de informações essenciais, comprometendo o acesso da população a dados administrativos.

Os municípios com menores pontuações devem buscar melhorias urgentes na disponibilização de informações, adequando-se às exigências de transparência ativa. A implementação de sistemas de gestão de dados acessíveis à população é uma medida essencial para garantir o controle social e a eficiência da administração pública.

A análise das pontuações gerais evidencia uma discrepância significativa entre os municípios que adotaram boas práticas de transparência ativa e aqueles que ainda enfrentam dificuldades na disponibilização de informações. Os dados obtidos reforçam a importância da publicidade dos atos administrativos, pois ela fortalece a democracia e promove maior participação cidadã.

No entanto, embora os resultados indiquem uma adesão formal às exigências de transparência ativa, ainda permanecem dúvidas sobre sua efetividade e impacto real na governança municipal e na distribuição equitativa de recursos. A análise detalhada dos portais de transparência dos municípios estudados, com base nas categorias do *checklist* da Escala Brasil Transparente 360º, revelou nuances importantes quanto à disponibilidade e qualidade das informações prestadas.

Uma das categorias fundamentais da transparência ativa é a divulgação da estrutura organizacional e das informações administrativas dos municípios. A maioria dos portais analisados disponibiliza dados sobre a estrutura da administração pública, organogramas e contatos dos gestores, mas com variação na acessibilidade dessas informações. Em João Pessoa e Cabedelo, as informações estão mais organizadas e atualizadas, enquanto em municípios menores há dificuldades na manutenção e acessibilidade desses dados.

A transparência financeira, especialmente no que se refere às receitas e despesas municipais, apresentou diferenças significativas entre os portais. Enquanto João Pessoa e Patos disponibilizam painéis interativos e relatórios detalhados, permitindo a consulta pública das receitas arrecadadas e das despesas por função e órgão, outros municípios de baixo IDHM apresentam apenas documentos genéricos em formato PDF, sem mecanismo de busca ou detalhamento adequado. Um fator relevante identificado foi a dificuldade de acesso aos dados de empenhos e liquidação de despesas, o que compromete a efetiva fiscalização por parte da população.

A publicidade dos processos licitatórios e dos contratos firmados pelos municípios é essencial para garantir a fiscalização dos gastos públicos. Embora todos os municípios pesquisados apresentem informações sobre licitações, a profundidade dos dados varia consideravelmente. Enquanto em Campina Grande os editais são publicados de forma completa, incluindo dados sobre fornecedores e valores pagos, em Curral de Cima e Poço Dantas as informações estão incompletas ou indisponíveis, dificultando a transparência efetiva. Além disso, foram identificadas dificuldades na obtenção de dados sobre aditivos contratuais e eventuais rescisões, informações cruciais para o controle social.

Outro aspecto relevante da transparência ativa é a divulgação de informações sobre obras públicas. Em Gado Bravo, Casserengue, Damião e outros, os portais não informam ou informam sobre projetos e execução de obras, mas com dados muitas vezes desatualizados ou incompletos. Em contrapartida, João Pessoa apresenta um sistema mais robusto, permitindo o acompanhamento em tempo real das construções e dos valores investidos. A informação sobre o andamento das construções, previsão de conclusão e eventuais paralisações não está plenamente disponível em diversos casos, especialmente nos municípios de menor porte.

A divulgação da remuneração dos servidores é um dos pontos mais sensíveis da transparência ativa. Em Cabedelo, por exemplo, há um bom nível de detalhamento, permitindo a consulta nominal e a visualização dos valores brutos e descontos aplicados. No entanto, outros municípios de baixo IDHM, as informações são limitadas, apresentando apenas faixas salariais genéricas. Essa variação no nível de transparência compromete o acesso da população a dados relevantes sobre a gestão pública.

A regulamentação local da Lei de Acesso à Informação (LAI) e a divulgação de relatórios estatísticos sobre os pedidos de acesso à informação também variam entre

os municípios estudados. Enquanto os de alto IDHM apresentam normativas claras e publicam periódicos com estatísticas sobre solicitações de informação, outros municípios não possuem regulamentação própria ou não disponibilizam relatórios públicos sobre os pedidos recebidos. Essa falta de padronização pode indicar desafios na implementação efetiva da LAI e no compromisso com a transparência.

Por fim, a análise comparativa entre os níveis de transparência ativa dos municípios avaliados e seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) revela padrões significativos na disponibilização das informações públicas. Em geral, os municípios com IDHM mais elevado e maior população, como João Pessoa e Campina Grande, tendem a apresentar melhores práticas de transparência, especialmente na divulgação de receitas, despesas e dados administrativos. Essas cidades possuem portais mais estruturados, com ferramentas que permitem consultas detalhadas, relatórios periódicos e atualização contínua das informações.

Por outro lado, municípios com menor IDHM, como Curral de Cima e Poço Dantas, apresentam maiores desafios na disponibilização de informações públicas. Em diversas categorias avaliadas, como licitações, contratos administrativos e obras públicas, há menor detalhamento dos dados e, em alguns casos, ausência de informações essenciais para o controle social. Um fator relevante é a limitação técnica e estrutural desses municípios, que podem enfrentar dificuldades tanto na manutenção dos portais quanto na própria gestão dos dados de transparência.

Nesse sentido, estudos como o de Pereira, Pereira e Morais (2020) e reforçam a existência de uma relação estatisticamente positiva entre o nível de desenvolvimento humano e a transparência pública nos municípios brasileiros. O estudo analisou dados de 2.320 municípios brasileiros avaliados na 3ª edição da Escala Brasil Transparente (EBT) e encontrou uma correlação estatisticamente significativa entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e os níveis de transparência. Os resultados indicaram que os municípios com maior IDHM tendem a apresentar melhores notas na EBT, sugerindo que o desenvolvimento humano está associado a uma maior capacidade de disponibilizar informações públicas e promover a transparência ativa. No entanto, o coeficiente de determinação ajustado foi baixo, o que indica que, embora o IDHM influencie positivamente os níveis de transparência, outros fatores também exercem um papel relevante nesse processo, como a estrutura

administrativa, o comprometimento político e o uso de tecnologia para facilitar o acesso às informações.

Esses resultados indicam que, embora exista uma tendência de que municípios mais desenvolvidos apresentem maior transparência ativa, outros fatores, como comprometimento da gestão pública, infraestrutura tecnológica e fiscalização por órgãos de controle, desempenham papel fundamental na qualidade da transparência municipal. Assim, a redução das desigualdades informacionais não depende apenas do nível de desenvolvimento humano do município, mas também da adoção de políticas públicas voltadas à melhoria da gestão da informação e ao fortalecimento da cultura de transparência.

## **5 CONCLUSÃO**

Em conclusão, este estudo evidenciou que a transparência ativa nos municípios paraibanos apresenta uma grande disparidade, com alguns municípios demonstrando alta conformidade com os requisitos estabelecidos pela Escala Brasil Transparente 360°, enquanto outros ainda enfrentam desafios significativos na disponibilização de informações. Embora alguns municípios tenham alcançado níveis elevados nos critérios avaliados, a transparência efetiva pode ser comprometida por fatores como a usabilidade dos portais, a periodicidade das atualizações e o nível de detalhamento das informações disponibilizadas.

A relação entre IDHM e transparência ativa da amostra pesquisada indicou que os municípios mais desenvolvidos tendiam a oferecer um acesso mais estruturado às informações públicas, mas essa tendência não se mostrou uma regra absoluta. Enquanto municípios como Campina Grande e Santa Cecília apresentavam sistemas organizados e detalhados, outros de menor porte, como Gado Bravo e Damião, enfrentaram limitações técnicas e administrativas que dificultam a atualização e a acessibilidade das informações.

Ademais, foi possível identificar que, apesar do cumprimento formal dos critérios legais, a profundidade das informações varia significativamente entre os municípios. Dados sobre licitações, contratos administrativos e obras públicas, por exemplo, nem sempre estão disponíveis de maneira acessível ou detalhada, o que pode comprometer o controle social e a participação cidadã. A presença de informações genéricas em formatos um pouco intuitivos, como arquivos PDF sem

ferramentas de busca, também representa um obstáculo à efetividade da transparência.

Dessa forma, a pesquisa reforça a necessidade de não apenas cumprir os requisitos normativos, mas de investir continuamente na qualidade e acessibilidade da transparência ativa. A implementação de portais mais intuitivos, a padronização da apresentação dos dados e a atualização frequente das informações são aspectos fundamentais para garantir que a transparência cumpra seu papel de fortalecer a governança democrática e possibilitar uma fiscalização social mais eficaz.

Por fim, este estudo contribui para o debate sobre o impacto da transparência na redução das desigualdades, demonstrando que, embora a disponibilização de informações públicas seja um avanço essencial, sua real efetividade depende de um esforço contínuo por parte dos gestores públicos, da fiscalização pelos órgãos competentes e do engajamento da sociedade civil. Apenas com um compromisso efetivo com a transparência será possível garantir que os cidadãos tenham acesso a dados claros, detalhados e utilizáveis para o exercício do controle social e para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Rafael Rodrigues de. **Transparência pública municipal e desenvolvimento humano local**. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2019.

ATLAS BR. **Paraíba, Nordeste**. Atlas Brasil, 2024. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/uf/25>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

BRASIL. Acesso à Informação. **Transparência Ativa**. Gov, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/assuntos/transparencia-ativa>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Escala Brasil Transparente 360°**. Gov, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente-360>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Transparência e Controle Social**. Gov, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/entrevistas/transparencia-e-controle-social>>. Acesso em: 19 Mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 18 Dez. 2024.

BRASIL. **Plano Estadual de Assistência Social da Paraíba (2020-2023)**. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), Diretoria do Sistema Único de Assistência Social (DSUAS). Paraíba, 2020. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/arquivos/peas-2020-2023-atualizado.pdf>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

BRITO, Aldirene Santos; BEZERRA FILHO, João Eudes; DOS SANTOS, Jobson Maurílio Alves. Fatores Exógenos que Afetam o Nível de Transparência Pública dos Municípios Pernambucanos. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 27, n. 2, p. 252-277, 2024.

FARIA, Renata Sossai Freitas; FARIA, Luiz Henrique Lima; MEDEIROS, Rodrigo Loureiro. Relações entre desenvolvimento humano, capital humano e transparência da gestão pública nos estados brasileiros. **Revista Gestão e Secretariado (GeSec)**, São Paulo, SP, v. 14, n. 8, 2023, p. 13820-13833. Disponível em: <<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/download/2623/1494/8587>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes; FERNANDES, Ivan Filipe; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Transparência dos governos subnacionais: o impacto da desigualdade na transparência. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 57(6): e2023-0025, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/8TMjLgRH3wL6Mzg5WrV7Mxh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

FERREIRA, Diego. **Importância de uma gestão pública proativa**. Digix, 2024. Disponível em: <<https://digix.com.br/gestao-e-pessoas/importancia-de-uma-gestao-publica-proativa/>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2024.

GUEDES, Anna Karoline Alves Pereira; DE ARAÚJO, Sabrina Martins. Aplicação dos recursos públicos: uma análise dos relatórios emitidos pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) no município de Patos/PB. **Disciplinarum Scientia| Sociais Aplicadas**, v. 20, n. 2, p. 23-37, 2024.

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; CARVALHO, Kliandra de Almeida Galdino. Transparência Pública e Acesso à Informação: a Utopia Virando Realidade na UEPB. **Comunicação e Informação**, Goiânia, GO, v. 22, p. 1-19, 2020.

Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ci/article/download/53137/33776/263867>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

JUNIOR, Paulo Galvão. **A Interiorização do Desenvolvimento da Paraíba**. *Jornal North News*, 2024. Disponível em: <<https://jornalnorthnews.com/coluna/168/a-interiorizacao-do-desenvolvimento-da-paraiba>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

MAPA BRASIL TRANSPARENTE. **EBT - Avaliação 360° - 2ª Edição**. MBT, 2024. Disponível em: <[https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala\\_brasil\\_transparente/66](https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala_brasil_transparente/66)>. Acesso em: 02 de Setembro de 2024.

MARCO, Cláudio Augusto Ferreira Di; TERCI, Eliana Tadeu. Transparência municipal e controle social: a visão dos Observatórios Sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação. **Interações** (Campo Grande), v. 23, p. 313–330, 29 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/byG7XjncXBgvkxMGpkmrvvgK/#ModalTutors>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MELLO, Andréa de. *et al.* **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos: experiências recentes das políticas de redução das desigualdades**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9862/1/Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20e%20atua%C3%A7%C3%A3o%20de%20gestores%20p%C3%BAblicos.pdfXV>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

MELO, Peterson Barbosa de. **Dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): uma avaliação a partir de Amartya Sen em seu desenvolvimento como liberdade**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió. p. 215. 2021. Disponível em: <<https://www.encurta.ae/l8hK1>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

PAULA, Silvia Helena Soares De. **Fatores Influenciadores Da Transparência Pública Nas Capitais Brasileiras**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2024. Disponível em: <[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/77182/3/2024\\_dis\\_shspaula.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/77182/3/2024_dis_shspaula.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2024.

PEREIRA, João Pedro Do Nascimento; PEREIRA, Dimmitre Morant Vieira Gonçalves; MORAIS, José Jassuipe Da Silva. **Determinantes da Transparência Pública nos Municípios Brasileiros: um estudo sobre a relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano e a Escala Brasil Transparente**. XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, julho de 2020. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/20Usplnternational/ArtigosDownload/2633.pdf>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

**PIB da Paraíba sobe oito posições e fica acima do Brasil e do Nordeste.**

Paraíba PB, 2023. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/pib-da-paraiba-sobe-oito-posicoes-e-fica-acima-do-brasil-e-do-nordeste>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

PORTAL TCU. Governança Pública. **Transparência e accountability**. Portal TCU, 2024. Disponível em:

<<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/componentes/accountability/>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2024.

**Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE.** FECOP, 2020. Disponível em:

<<https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

RIBEIRO, Vanda Mendes; BONAMINO, Alicia; MARTINIC, Sergio. Implementação De Políticas Educacionais E Equidade: Regulação E Mediação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, p. 698–717, 28 out. 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cp/a/zDcnNmRQ8sFF7s7v3qwX7wN/#ModalTutors>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2024.

RIZARDI, Bruno Martins. *et al.* **Caminhos da inovação no setor público**. Brasília: Enap, 2022. 392 p.: il. Disponível em:

<[https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7420/1/caminhos\\_da\\_inovacao\\_no\\_setor\\_publico.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7420/1/caminhos_da_inovacao_no_setor_publico.pdf)>. Acesso em: 02 de Setembro de 2024.

SILVA, Letícia Linhales da; PESSOA, Marcos Eugenio Gonzaga; NUNES, Carine de Oliveira. Relação entre transparência e desenvolvimento municipal no Tocantins.

**Humanidades e Inovações**, v.7, n.9. p. 10. 2020. Disponível em:

<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2195>>.

Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

SIQUEIRA, Wender Rodrigues; SOUZA, Paulo Henrique; SILVA, Luiz Almeida.

Transparência pública de governos locais: uma análise baseada na Escala Brasil Transparente. **Revista Ciências Administrativas**, v. 30, p. 1-13, 2024.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em:

<<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2024.

**STJ. Teses da Primeira Seção consagram direito à informação ambiental e obrigação do Estado com a transparência.** STJ, 2022. Disponível em:

<<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/27052022-Teses-da-Primeira-Secao-consagram-direito-a-informacao-ambiental-e-obrigacao-do-Estado-com-a-transparencia-.aspx>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

**Transparência pública ativa tende a ser maior em cidades mais populosas e administração em municípios menores tende a ser mais opaca.** FGV EAESP, 2021. Disponível em: <<https://www.impacto.blog.br/administracao-publica/transparencia-publica-ativa-tende-a-ser-maior-em-cidades-mais-populosas-e-administracao-em-municipios-menores-tende-a-ser-mais-opaca/>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

UNILA. Ministério da Educação. **Transparência pública.** Portal UNILA, 2022. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/informes/transparencia-publica>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2024.

VASCONCELOS, Eduardo Silva; SANTOS, Fernando Augusto dos; AMORIM, Lucas Rodrigues de. Princípios Fundamentais E Impactos Das Políticas Fiscais E Do Orçamento Público: Perspectivas Para A Eficiência E Transparência Na Administração Pública. **Revista FT**, Administração, Volume 28 – Edição 135. p. s/n 2024. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/principios-fundamentais-e-impactos-das-politicas-fiscais-e-do-orcamento-publico-perspectivas-para-a-eficiencia-e-transparencia-na-administracao-publica/>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

VENTURA, Kátia Santiago; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. E-Acessibilidade Na Transparência Ativa: A Aplicação Das Tecnologias Para Implementação Da Lei De Acesso À Informação. **Informação & Tecnologia**, 2(2), 71–87. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/26422>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2024.

VIEGAS, Rafael Rodrigues. Apesar de autonomia, sabe-se que muitas cidades enfrentam dificuldades para cumprir os requisitos da Lei de Acesso à Informação. **Nexo Jornal**, 2024. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/desafios-na-transparencia-dos-municipios-brasileiros>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2024.

**Você sabe qual é o tripé dos mecanismos de Governança Pública?**. RDG, 2024. Disponível em: <Você sabe qual é o tripé dos mecanismos de Governança Pública?. RDG, 2024. Disponível em: <>. Acesso em: 09 de Setembro de 2024.>. Acesso em: 09 de Setembro de 2024.

XAVIER, Vítor César Silva. **Transparência nos Estados Democráticos: a estratégia do segredo nas políticas públicas de transparência do Brasil e dos EUA de 2013 a 2020.** Tese de doutorado – Instituto de Relações Internacionais da UNB, Brasília, 2020. Disponível em: <[https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/73778/3/Tese\\_de\\_Doutorado\\_Vitor\\_Cesar.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/73778/3/Tese_de_Doutorado_Vitor_Cesar.pdf)>. Acesso em: 09 de Setembro de 2024.

## ANEXO I – Checklist EBT – 360° (Fonte: Portal TCU – 2024)

Ordem	Detalhamento	Temas/Parâmetros	Pontuação máxima	Informação localizada? (Sim ou Não)	Pontuação	%		
1	<b>TRANSPARÊNCIA ATIVA</b>	Estrutura organizacional	1,50			1,50%		
2		Estrutura organizacional	Unidades administrativas	Endereço	0,66		2,00%	
				Telefone	0,66			
				Horário de atendimento	0,68			
3		Receitas	Dados das receitas	Previsão	1,04		4,00%	
				Arrecadação	1,48			
				Classificação	1,48			
4		Despesas	Empenhos	Número	0,80		12,00%	
				Valor	0,80			
				Data	0,80			
				Favorecido	0,80			
				Descrição	0,80			
5			Pagamentos	Valor	1,00			
				Data	1,00			
				Favorecido	1,00			
	Empenho de referência			1,00				
6			Possibilita a consulta de empenhos ou pagamentos por favorecido	3,00				
7		Permite gerar relatório da consulta de empenhos ou de pagamentos em formato aberto	1,00					
8	Licitações	Processos licitatórios	Número/Ano do Edital	0,75		9,00%		
			Modalidade	0,75				
			Objeto	0,75				
			Situação/Status	0,75				
9		Disponibiliza o conteúdo integral dos editais	3,00					
10		Possibilita a consulta aos resultados das licitações ocorridas	3,00					
11	Contratos	Dados dos contratos	Objeto	0,81		5,00%		
			Valor	0,81				
			Favorecido	0,81				
			Número/Ano do contrato	0,765				
			Vigência	0,81				
			Licitação de origem	0,495				
12		Disponibiliza o conteúdo integral dos contratos	0,50					
13		Permite gerar relatório da consulta de licitações ou de contratos em formato aberto	1,00			1,00%		
14	Obras públicas	Dados para acompanhamento	Objeto	0,40		2,50%		
			Valor total	0,375				
			Empresa contratada	0,375				
			Data de início	0,375				
			Data prevista para término ou prazo de execução	0,375				
			Valor total já pago ou percentual de execução financeira	0,30				
			Situação atual da obra	0,30				
15	Servidores Públicos	Nome	1,00		4,00%			
		Cargo/Função	1,00					
		Remuneração	2,00					

Ordem	Detalhamento	Temas/Parâmetros		Pontuação máxima	Informação localizada? (Sim ou Não)	Pontuação	%	
16		Despesas com diárias	Nome do beneficiário	0,80			4,00%	
			Valores recebidos	0,80				
			Período da viagem	0,80				
			Destino da viagem	0,80				
			Motivo da viagem	0,80				
17		Regulamentação da Lei de Acesso à Informação	Divulgação do normativo local que regulamenta a LAI em local de fácil acesso	2,50			2,50%	
18	Relatório estatístico	Divulgação de relatório de atendimentos	Quantidade de pedidos recebidos	1,00			2,00%	
			Quantidade e/ou percentual de pedidos atendidos	1,00				
			Quantidade e/ou percentual de pedidos indeferidos	x				
19		Bases de dados abertos	Publica na internet relação das bases de dados abertos do município ou do estado	0,50			0,50%	
<b>TRANSPARÊNCIA ATIVA</b>						<b>5</b>	<b>50,00%</b>	
KLIST EBT		Existência de SIC	Indica o funcionamento de um SIC físico, isto é, com a possibilidade de entrega de um pedido de informação de forma presencial?	Endereço	0,99		3,00%	
			Telefone	0,99				
			Horário de atendimento	1,02				
			Existência de alternativa de envio de pedidos de acesso à informação de forma eletrônica	Sistema ou formulário	6,00		6,00%	
E-mail	4,20							
2	<b>TRANSPARÊNCIA PASSIVA</b>	Funcionamento do SIC	Não são feitas exigências que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação		4,00		4,00%	
3			Permite o acompanhamento posterior da solicitação	Data de registro do pedido	2,00		4,00%	
				Situação do pedido	2,00			
4			Responde aos pedidos de informação	Resposta ao Pedido 1	0,55		1,65%	
				Resposta ao Pedido 2	0,55			
				Resposta ao Pedido 3	0,55			
5			Cumprir os prazos para resposta das solicitações	Resposta no prazo para o Pedido 1	2,97		8,91%	
				Resposta no prazo para o Pedido 2	2,97			
				Resposta no prazo para o Pedido 3	2,97			
6			Atende aos pedidos, respondendo o que se perguntou	Resposta em conformidade para o Pedido 1	6,93		20,79%	
	Resposta em conformidade para o Pedido 2	6,93						
	Resposta em conformidade para o Pedido 3	6,93						
7	Comunica sobre possibilidade de recurso	Comunicação existente na resposta ao Pedido 1	0,55		1,65%			
		Comunicação existente na resposta ao Pedido 2	0,55					
		Comunicação existente na resposta ao Pedido 3	0,55					
<b>TRANSPARÊNCIA PASSIVA</b>						<b>5</b>	<b>50,00%</b>	
<b>TOTAL</b>				<b>100</b>		<b>10</b>	<b>100,00%</b>	